



núcleo des estudos de população e sociedade

neps

boletim informativo

Núcleo de Estudos de População e Sociedade | Instituto de Ciências Sociais | U.M. | Guimarães | 31/32 | Maio/Julho de 2003

■ sumário

EDITORIAL

A criança na história:
do abandono à protecção
♦ António Amaro das Neves

FALANDO DE

DEMOGRAFIA HISTÓRICA...
♦ Maria Norberta Amorim

FALANDO DE

PATRIMÓNIO...
Molelos: criança na história:
onde o mundo é sempre novo
♦ Alberto Correia

INVESTIGADOR APRESENTA-SE

Elisabete Pinto
♦ Neps

APONTAMENTOS DE INVESTIGAÇÃO

Tentativa de identificação sócio-profissional através dos recenseamentos eleitorais. O caso dos curtidores e surradores de S. Sebastião, em Guimarães
♦ Elisabete Pinto

editorial ■ António Amaro das Neves

A criança na História: do abandono à protecção

A atitude perante a infância espelha os padrões mentais e sociais de uma comunidade e de um tempo. Por estes dias, observando o que passa na informação e que nos enche de inquietação e espanto, poderíamos ser levados a pensar que vivemos tempos abomináveis. Pura ilusão. O abuso de crianças não é uma criação dos nossos dias, é uma realidade de todos os tempos. As preocupações com a protecção das crianças contra abusos são um assunto do nosso tempo: o que há de novo é que hoje a sociedade se preocupa com as crianças.

No passado entendia-se que a meninice tinha três tempos.

A primeira infância decorria enquanto durava o aleitamento materno. Logo após o nascimento, a criança era enfaixada numa espécie de colete-de-forças que lhe impedia todos os movimentos, adquirindo o aspecto de uma pequena múmia, passando assim imobilizada as primeiras semanas, ou mesmo meses, da sua existência. Se nas aldeias, por regra, se praticava a amamentação materna, na cidade era frequente as crianças serem afastadas das famílias durante os primeiros dois ou três anos, sendo entregues amas

para descanso de mães abastadas ou para permitir o trabalho às que viviam de um salário.

A segunda infância estendia-se até por volta dos sete anos e era passada nos espaços destinados às mulheres, recebendo as crianças uma educação que induzia à passividade e à obediência (o que importava era que incomodassem o menos possível).

O início da terceira infância correspondia à entrada na *idade da razão*, a partir da qual se entendia a criança seria capaz de distinguir entre o bem e o mal. Para a Igreja, era o tempo de aprender a catequese; para a família era, muitas vezes, o momento de começar a contribuir para a economia familiar através do trabalho.

Em tempos em que não se praticava uma contracepção eficaz, nasciam muitas crianças. Todavia, por regra, as famílias não eram grandes, em grande parte porque a mortalidade infantil era extraordinariamente alta: por essa Europa fora, em cada dois nascidos, só um atingiria a idade adulta. As crianças morriam por falta de condições, por acidente, por falta de cuidados, por falta de jeito dos progenitores. Temos razões para crer que, não raras vezes, se pra-

A criança na História: do abandono à protecção

ticava um infanticídio nem sempre involuntário. Nas sociedades europeias pré-industriais, a morte de uma criança era um acidente banal e, mesmo que causada por negligência, era encarada com indiferença moral, não constituindo objecto de especial recriação.

Por outro lado, em tempos em que não era possível ajustar o número de filhos desejado ao realizado, o nascimento de mais uma criança constituía, muitas vezes, um fardo insustentável para uma família sem recursos. Daí que fosse socialmente aceite o abandono ou *exposição* de crianças, dando origem à imensa multidão de *expostos*, *enjeitados*, *postijos* ou *filhos de Deus* que povoam os livros de registos de nascimentos dos séculos XVIII e XIX.

A incapacidade dos pais para assumirem as responsabilidades com a criação dos filhos conduzia com frequência à transferência desse encargo para o domínio público, como consequência do seu abandono. Durante séculos, muitas crianças foram deixadas à porta de pessoas de quem se sabia que tratariam de lhes dar um destino. A partir do último quartel do século XVIII, preocupações populacionistas (buscava-se assegurar o crescimento da população, porque assim se promovia o aumento da riqueza, do exército e do poder do rei) levaram à garantia da protecção do abandono das crianças por parte do Estado, com a criação das casas da roda nas vilas e cidades de Portugal. O objectivo seria reduzir a elevada incidência da mortalidade que se verificava entre as crianças abandonadas e facilitar o acolhimento



daquelas cujos pais não tinham meios para as sustentar. Com a protecção da exposição de crianças assegurado pelo Estado (que, inclusive, garantia a protecção do anonimato dos que abandonavam os seus filhos), assistiu-se a um crescimento exponencial do fenómeno.

Em Guimarães a exposição de crianças foi estudada por Norberta Amorim, que acompanhou esta prática desde o século XVI, altura em que, na zona urbana do concelho, eram abandonadas 2 em cada 100 crianças, até à segunda década do século XIX, num momento em que mais de metade (55%) das crianças levadas a baptismo haviam sido expostas pelos pais. Por essa altura, todos os anos, centenas de crianças eram en-

tregues aos cuidados do município que gastava uma boa parte das suas receitas com sua criação, com baixo índice de sucesso.

Na realidade, as expectativas de redução da mortalidade infantil presentes nos objectivos que conduziram à instituição das casas da roda em Portugal não se concretizaram. Um grande número de crianças abandonadas acabava por morrer, muitas vezes sucumbindo à negligência das amas que eram pagas para as criar, fenómeno que contribuiu para o aparecimento de um movimento de contestação à protecção institucionalizada da exposição, que conduziria à extinção, em 1867, das casas da roda, substituindo-as por hospícios de expostos. O hospício de Guimarães começou por funcionar na Praça de S. Tiago, numas casas contíguas ao edifício da Câmara; depois foi transferido para a Rua de Santo António e, em 1881, funcionava em Santa Luzia, junto com a repartição municipal de aferição de pesos e medidas, sendo notória a falta de condições para o acolhimento de crianças, da qual resultava uma elevada taxa de mortalidade: no último quartel do século XIX, um terço dos que lá entravam não sobreviviam.

Em boa verdade, foi nos nossos dias que as crianças assumiram o protagonismo que hoje lhes é concedido no quadro das nossas principais preocupações. E foi por isso que passámos a ter poucas... ■

O efeito da emigração massiva da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do XX na freguesia de S. João do Pico iria ter reflexos muito nítidos na renovação das gerações, particularmente no que respeita à relação de nascimentos dentro e fora do casamento.

Num quadro em que comparámos a evolução do comportamento por períodos de seis anos ao longo de sete décadas, verificámos claramente como o número de baptizados se retrai logo nos seis anos que se seguem a 1850, enquanto a percentagem de filhos naturais adquire maior relevo. Em 1850, o

fenómeno do abandono de crianças mantém acuidade em todos os períodos observados.

O aprofundamento da análise para o ano de 1883, a partir do cruzamento de fontes sobre a base de dados demográfica da freguesia, permite-nos verificar que embora o fenómeno tenha atravessado todos os grupos desta sociedade rural, foi entre os economicamente mais carentes em que a maternidade ilegítima mais se evidenciou. As famílias com menos de 10\$000 réis de rendimento colectável representam 86% do total de casos, sendo 64% referentes a famílias com menos de 5\$000 réis.

Vejam, por grupos de rendimento, algumas das situações

familiares entre as famílias com menos de 5\$000 réis de rendimento colectável:

Grupo A - Famílias com rendimentos inferiores a 1\$000 réis

1.º CASO

Maria Francisca, solteira, com 32 anos de idade, vivia com três filhas naturais, Maria, de 13 anos, segundo o pároco, Maria, segunda de nome, de 8 anos, e Augusta, de meses, e ainda com

tes da freguesia.

A filha residente, Maria Francisca, nascida em 23 de Maio de 1850, viria a registar quatro filhas naturais:

1. Da filha Maria, com 13 anos em 1883, não conhecemos o registo de nascimento. Casou aos 22 anos para a freguesia de S. Mateus.

2. Maria, segunda de nome, nascida em 4 de Outubro de 1874, também se ausentaria da freguesia, casando para a ilha das Flores.

3

Augusta, nascida em 2 de Março de 1882, também casou para S. Mateus.

4. Ana Aurora da Silva

Bettencourt, que viria a nascer em 2 de Outubro de 1887, emigrou aos 17 anos para os Estados Unidos, mas veio falecer em S. João, aos 24 anos, casada (repare-se no pormenor do apelido, possivelmente em referência ao pai putativo).

Maria Francisca, a matriarca da família, caiu sobre o lume e morreu queimada em 11 de Abril de 1894, aos 83 anos. A filha Maria Francisca ausentou-se então para S. Mateus, para casa da filha Augusta, mas veio falecer a S. João quando contava 68 anos.

Neste caso, como se verifica, a situação de pobreza e a maternidade ilegítima reproduziram-se da primeira geração para

Nascimentos dentro e fora do casamento (1850-1885)

Períodos	Casais em procriação	Mulheres Isoladas em procriação	Total de baptizados	Filhos Naturais de mãe conhecida	Expostos	% de filhos naturais + expostos
1820-1825	108	13	206	18	7	12
1830-1835	129	13	263	15	11	10
1840-1845	132	19	263	24	17	23
1850-1855	116	20	237	30	16	19
1860-1865	99	21	214	25	10	16
1870-1875	83	21	181	28	9	20
1880-1885	83	14	177	23	6	16

a mãe, também solteira, e também chamada Maria Francisca, então com 72 anos e cega.

Viviam numa casa com loja, um andar e quintal, que era sua, embora o seu rendimento colectável não ultrapassasse os \$730 réis.

A chefe do fogo era a mulher mais idosa, nascida em 28 de Julho de 1810, filha de João da Rosa, Rei, de alcunha, e de Francisca Mariana. Falecera-lhe uma irmã aos 12 anos de idade e um outro irmão, Manuel da Rosa, mendigava pelas portas. Além de Maria Francisca, que era a filha do meio, tivera mais duas filhas naturais: Maria, nascida em 16 de Março de 1847 e Antónia Francisca, nascida em 18 de Setembro de 1853, ambas ausen-

a seguinte, mas o destino da terceira geração terá sido diferente. Todas as quatro filhas de Maria Francisca acederam ao casamento, embora com homens de fora.

2.º CASO

Maria Inês, de 27 anos, residia na casa nº13 do Caminho da freguesia com a mãe viúva, de 68 anos, Inês da Conceição, e com uma filha, Maria, de 2 anos de idade.

Tinham casa própria, com loja, andar, cozinha e quintal, mas o rendimento colectável atribuído à mãe, como chefe do fogo, era apenas de \$872 réis.

Inês da Conceição havia sido a terceira mulher de João José da Silveira, falecido 19 anos antes, de quem tivera duas filhas, tendo uma delas emigrado aos 18 anos. Na freguesia residiam duas enteadas, de cada um dos anteriores dois casamentos do marido.

Maria Inês, nascida em 11 de Junho de 1855, tivera a filha Maria em 20 de Setembro de 1880, quando contava 25 anos. Mais tarde, em 6 de Junho de 1887, viria a ter uma segunda filha natural, de nome Inês, já depois da morte da mãe, falecida em 1885.

Maria Inês ausentou-se em 1899, deixando as filhas. Em 1907 foi a vez das mesmas saírem da freguesia.

Aliando-se a maternidade ilegítima à pobreza, a saída da freguesia aparecia como uma alternativa às dificuldades vividas.

3.º CASO

À casa nº109 do Caminho da freguesia foram referidos dois fogos.

Num primeiro fogo encontramos uma mulher solteira, Emiliana Genoveva, de 57 anos, quatro filhos, Maria, de 32 anos, José, de 15, Filomena, de 11, e João, de 8, e três netos, António, de 10 anos, Maria, de 7, e Maria, segunda de nome, de 2. O seu rendimento colectável era apenas de \$595 réis.

No segundo fogo encontramos uma mulher viúva, Maria Francisca, mendiga, de 75 anos, uma filha solteira, Francisca Perpétua, de 32 anos, e três netos, Maria, de 8 anos, António, de 5, e Antónia, de 2. Nenhum rendimento é apontado neste caso.

Emiliana Genoveva é identificada ao óbito como filha natural de Maria Genoveva, mas não encontramos em S. João o seu registo de baptizado. Admitimos que tenha sido exposta, dada a singularidade do nome. Pelo registo de baptismo ou pelo rol de confessados conhecemos-lhe cinco filhos.

1. Maria Genoveva, a filha mais velha conhecida, nascida em 5 de Janeiro de 1850, era mãe de António, nascido em 6 de Abril de 1873, e supomos que também fosse mãe das duas netas de Emiliana Genoveva, ambas de nome Maria. Viria a falecer solteira aos 89 anos. Os filhos ausentaram-se da freguesia.

2. Manuel, nascido em 9 de Abril de 1959, falecera com um

ano de idade.

3. Maria, segunda de nome, nascida em 15 de Maio de 1861, falecera no primeiro ano de vida.

4. Filomena Pereira, nascida em 15 de Abril de 1871, viria a casar aos 52 anos, falecendo aos 62.

5. Não identificamos pelo nascimento o filho João Baptista, que se ausentou d freguesia.

Emiliana Genoveva faleceu aos 90 anos, segundo o pároco.

Maria Francisca, nascida em 26 de Abril de 1807, era natural de S. Mateus, mas casara em S. João em 10 de Novembro de 1836, com um marítimo, filho de uma mulher solteira. Registaram oito filhos:

1. Maria, a filha mais velha, nascida em 21 de Janeiro de 1837, falecera aos 8 anos de idade.

2 e 3. Ana e Manuel, gémeos, nascido em 8 de Junho de 1839, faleceram na primeira semana de vida.

4. Maria, nascida em 5 de Junho de 1841, faleceu ao nascer.

5. Catarina, nascida em 29 de Abril de 1843, ausentara-se aos 17 anos.

6. Maria, terceira de nome, nascida em 26 de Julho de 1846, ausentara-se aos 19 anos.

7. Francisca Perpétua, a filha mais nova, nascida em 13 de Dezembro de 1849, que faleceria solteira, aos 79 anos, viria a registar seis filhos naturais, mas supomos que Manuel, o neto arrolado de Maria Francisca também fosse seu filho:

7.1. Manuel, o neto referido, não o identificamos pelo nascimento. Saiu da freguesia.

7.2. Maria de Jesus Vieira, nascida em 28 de Maio de 1874, viria a falecer solteira aos 75 anos.

7.3. António Francisco Gregório, nascido em 15 de Maio de 1877, ausentou-se, mas veio falecer a S. João, aos 77 anos, divorciado.

7.4. Antónia, nascida em 5 de Outubro de 1880, faleceu aos 5 anos de idade.

7.5. Laudelinda Vieira, que viria a nascer em 13 de Junho de 1883, emigrou para os Estados Unidos aos 27 anos.

7.6. Cristina, que viria a nascer em 1 de Fevereiro de 1885, também saiu da freguesia.

7.7.. José, que nasceria em 6 de Maio de 1890, igualmente se ausentou.

Maria Francisca, a matriarca do fogo, faleceu aos 91 anos.

Como se verifica, neste caso de extrema pobreza, numa mesma casa viviam duas famílias, totalizando 14 pessoas, entre adultos e crianças, com mães solteiras de duas gerações. Apesar das carências, a alternativa constituída pela emigração também se colocou.

4.º CASO

Na casa nº132 do Caminho encontramos como chefe do fogo, Manuel José Pereira da Costa, Marraquinha, de alcunha, solteiro, de 34 anos, a mãe, Francisca Perpétua, solteira, de 62 anos, Marreca, de alcunha, uma irmã, Maria, solteira, de 31 anos, segundo o pároco. Francisca Perpétua tinha de rendimento colectável a quantia de \$400

réis, sendo o rendimento colectável do filho 2\$000 réis.

Francisca Perpétua, nascida em 12 de Maio de 1820, era um dos quatro filhos de Antónia Maria, solteira.

Conhecemos o registo de baptismo de três filhos de Francisca Perpétua:

1. Maria, nascida em 10 de Julho de 1843, faleceu com quatro meses de idade.

2. Manuel Pereira da Costa, nascido em 10 de Junho de 1845, falecera solteiro aos 35 anos.

3. Manuel José Pereira da Costa, o filho arrolado, nascido em 28 de Junho de 1848, viria a falecer solteiro aos 57 anos.

4. De Maria, a filha residente, não conhecemos o registo de baptismo. Sabemos que se chamou Maria Júlia Pereira e que faleceu solteira em 3 de Abril de 1922.

Francisca Perpétua faleceu com 80 anos.

Neste caso, embora a reprodução do comportamento se verificasse nas duas gerações mais antigas identificadas, de Maria Júlia Pereira não conhecemos filhos ilegítimos. O filho solteiro protegia a mãe e a irmã.

Grupo B- Famílias dom rendimento entre 1\$000 e 4\$999 réis

1.º CASO

Um caso interessante refere-se à família residente na casa nº22 do Caminho, à qual são referidos dois fogos.

Num primeiro fogo encontramos uma mulher viúva, Ana Maria Tomásia, de 79 anos, segundo o rol, e uma filha solteira, Maria, de 48 anos, e uma afilhada, identificada em alguns róis como neta, Maria, de 14 anos. Ao outro fogo são referidos Maria da Conceição, de 20 anos, e Manuel, de 18, irmãos entre si e netos de Ana Maria.

Enquanto o fogo encabeçado por Ana Maria tinha de rendimento colectável a quantia de 2\$858 réis, o rendimento do fogo encabeçado pela neta Maria da Conceição tinha 4\$649 réis.

Ana Maria Tomásia era natural da freguesia de S. Roque da mesma ilha, e após o casamento com João Francisco viera residir para S. João, terra de naturalidade do marido.

O filho mais velho de João Francisco e de Ana Maria, António Francisco da Silveira, nascido em 13 de Junho de 1831, casara aos 31 anos com Josefa da Conceição, mas emigrara, deixando a mulher e dois filhos, que seriam Maria da Conceição, nascida em 10 de Novembro de 1862, e Manuel, nascido em 19 de Dezembro de 1864, que encontramos referidos a um fogo distinto, mas residentes na mesma



casa da avó. Na ausência do marido, Josefa da Conceição teve uma filha natural, Maria, nascida em 15 de Novembro de 1868. No ano seguinte, em Abril de 1869, Josefa da Conceição, acompanhada pelos dois filhos legítimos, tirou passaporte para os Estados Unidos, supostamente para se reunir ao marido. A filha natural, estranhamente, ficou com a sogra. Tratava-se de Maria, de 14 anos, identificada nos róis, umas vezes como afilhada, outras como neta de Ana Maria Tomásia. António Francisco da Silveira regressou a S. João com os dois filhos, onde veio a falecer aos 48 anos, mas Josefa da Conceição não o acompanhou no regresso. Não sabemos se havia já falecido.

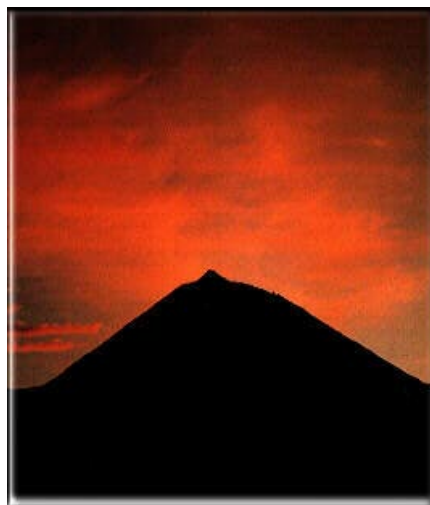
Maria, filha natural de Josefa da Conceição, viria a sair da freguesia, após a morte da avó.

Como se verifica, a protecção a uma criança, filha de uma mulher casada com marido ausente, não foi negada pela própria mãe do marido, quando se deu a possibilidade de reintegração familiar.

2.º CASO

Na casa nº9 da Canada do Alferes, já na Companhia de Bai-xo, uma casa muito pequena, encontramos uma mulher solteira, Rita Emília, de 48 anos, a Morte, de alcunha, e uma filha, Maria, de 9 anos. O seu rendimento colectável era de apenas 3\$031 réis.

Rita Emília, nascida em 4 de Agosto de 1834, era filha de Bernardo Goulart Maciel e de Ma-



ria Francisca, já falecidos. Dos seus seis irmãos apenas a irmã mais velha residia na freguesia. Um irmão havia falecido aos 6 meses de idade, outro já casado, e os outros três haviam emigrado.

A filha, que usaria o nome de Maria Aurora Camacho, nascida em 31 de Agosto de 1873, casaria aos 19 anos, emigrando posteriormente. O apelido Camacho vinha-lhe do pai, António Silveira Camacho, natural da freguesia da Piedade, da mesma ilha, irmão do padre José da Silveira Camacho, cura de S. João.

Rita Emília tirou passaporte para os Estados Unidos em 1903, quando contava 68 anos, mas veio falecer a S. João, aos 86.

Mais uma vez o casamento não foi negada a uma filha ilegítima, casamento seguido de emigração.

3.º CASO

O caso seguinte é referente a uma mulher solteira, Maria Francisca, de 52 anos, a viver com a mãe viúva, Francisca

Antónia, de 88 anos, e com uma filha natural, Maria, de 16 anos.

Viviam na casa nº36 da Canada do Almance, a última casa e de numeração mais alta dessa canada central da freguesia. O rendimento colectável atribuído a Francisca Antónia era de 3\$175 réis apenas.

Maria Francisca nascera em 11 de Setembro e havia sido o segundo, por ordem de nascimento, dos oitos filhos que os pais haviam baptizado. Cinco irmãos haviam falecido na infância, caso muito pouco frequente na freguesia, o mais velho falecera aos 35 anos, já viúvo, e o mais novo estava emigrado no Brasil.

Francisca Antónia viria a falecer aos 99 anos de idade e Maria Francisca aos 93, sem ter chegado a casar. Não sabemos o destino da filha, mas admitimos que tenha emigrado.

Mais uma vez encontramos uma mulher solteira a ser mãe já depois dos trinta anos, apenas com um filho ilegítimo.

4.º CASO

Na casa nº14 da Canada de Francisca encontramos uma mulher viúva, Catarina de Brum, de 62 anos, uma filha solteira, Maria, de 29 anos, e duas netas, filhas desta, Maria, de 2 anos, e Maria, segunda de nome, de meses. O rendimento colectável atribuído era de 3\$234 réis.

Catarina de Brum casara aos 31 anos com António Silveira Goulart, de 37, de quem havia tido, aos 20 anos, um filho, Manuel, falecido com três anos de idade. Dentro do casamento re-

gistaram quatro filhos:

1. Maria de Brum da Conceição, a filha residente com a mãe, Pandulha, de alcunha, nascida em 24 de Fevereiro de 1853, viria a ser mãe solteira de três filhos (filhos, segundo se consta, do padre cura Camacho): Maria de S. João, nascida em 23 de Junho de 1880, viria a falecer solteira aos 54 anos; Maria Bárbara, nascida em 4 de Dezembro de 1882, viria a casar aos 36 anos, falecendo aos 94; Manuel de Brum, que viria a nascer em 20 de Março de 1889, emigrou para os Estados Unidos aos 12 anos. Maria de Brum da Conceição, faleceu aos 96 anos.

2. O filho de Catarina de Brum que se seguiu, Manuel, segundo de nome, nascido em 28 de Março de 1856, faleceu no primeiro ano de vida.

3. Manuel, terceiro de nome, nascido em 19 de Outubro de 1857, saiu da freguesia aos 22 anos.

4. Francisca, a filha mais nova, nascida em 10 de Dezembro de 1860, falecera aos 12 anos de idade.

Catarina de Brum faleceu, ele própria, aos 97 anos. Seu marido falecera aos 58.

Neste caso uma situação de pobreza numa família em que faltavam braços masculinos, porque o pai morrera e o irmão emigrou, uma jovem solteira procriava de um padre.

Verifica-se assim que entre as famílias mais pobres, que consideramos miseráveis, com rendimento inferior a 1\$000 réis, foram mais frequentes os casos de repetidas maternidades por parte de mães solteiras e reprodução

de comportamento de uma geração para outra, embora o casamento e/ou a saída da freguesia não estivessem interditos aos filhos naturais ou às próprias mães.

No grupo de famílias de pobreza não miserável, apesar de ser o grupo em que um maior número de famílias se identificam na freguesia, é mais reduzida a percentagem de nascimentos fora do casamento, actuando mais eficazmente a protecção familiar às filhas solteiras.

* * * *

Nos finais do século XIX, na freguesia açoriana de S. João do Pico, as sensibilidades para com a maternidade ilegítima apresentar-se-iam claramente diferenciadas se percorrermos os diferentes grupos sociais dessa comunidade pobre, aparentemente homogénea.. Enquanto em famílias muito pobres a reprodução do comportamento de ilegitimidade se tornava frequente, nas famílias remediadas o fenómeno era esporádico. O peso familiar e social que se abatia sobre as filhas dos proprietários com filhos fora do casamento é hoje difícil de imaginar.

Vejamos alguns quadros de famílias com rendimentos médios e de proprietários mais abastados em que o fenómeno dos nascimentos fora do casamento de evidenciou.

3º Grupo- Famílias com rendimento colectável entre 5\$000 e 9\$999 réis

Neste grupo, de pobreza não miserável, apesar de ser o grupo

em que um maior número de famílias se identificam na freguesia, é mais reduzida a percentagem de nascimentos fora do casamento

1.º CASO

Maria Josefa, de 44 anos, mãe solteira de Manuel, de 11 anos, mentecapto, vivia na casa nº 4 da Travessa do Caminho do Arrasto num agregado familiar múltiplo, referido a dois fogos. Num primeiro fogo encontramos o pai, António Ferreira Vicente, Bonitinho, de alcunha, agricultor e pastor, de 71 anos, a mãe, Mariana Josefa, da mesma idade do marido, ela própria e o filho.

No outro fogo encontramos uma irmã casada, Maria Bernarda, de 30 anos, o marido desta, João José Pereira da Silva, Cochudo de alcunha, de 31 anos, e duas filhas de ambos, ambas com o nome de Maria, uma com 2 anos e outra com 10 meses.

A casa em que viviam tinha loja, um andar, cozinha e quintal. Com cerca de 6 alqueires de terrenos de milho, esta família não teria, em ano normal, necessidade de comprar milho. Tinham também pastagens, com um rendimento colectável de 7\$186 réis.

António Ferreira Vicente e Mariana Josefa haviam casado em 22 de Fevereiro de 1838, e baptizaram seis filhos:

1. Maria Josefa, nascida em 5 de Dezembro de 1838, era a filha mais velha.

2. António Ferreira Vicente, o

filho que se seguiu, nascido em 24 de Abril de 1842, emigrou para os Estados Unidos aos 13 anos.

3. O terceiro filho foi Manuel Ferreira Goulart, nascido em 5 de Abril de 1845, que emigrou para o Brasil aos 21 anos e mais tarde para os Estados Unidos.

4. Antónia da Conceição, a filha seguinte, nascida em 1 de Janeiro de 1847, emigrou para os Estados Unidos aos 27 anos.

5. Outro filho, António, nascido em 6 de Janeiro de 1849, saiu aos 18 anos (não sabemos se o facto de ter recebido o nome de um irmão mais velho significa que veio notícia do falecimento do primeiro de nome ou se foi um comportamento derivado da diferença de idades entre os irmãos e do interesse da homonomia com o pai).

6. Maria Bernarda dos Santos, a filha mais nova, nascida em 19 de Julho de 1852, casara em casa aos 27 anos com João José Pereira da Silva, nascido em 1 de Março de 1851, filho de pais residentes, com alguma propriedade.

Maria Josefa, mãe solteira aos 32 anos (o filho nascera em 28 de Outubro de 1871) integrava-se assim numa família comum, não considerada pobre, beneficiando de protecção familiar. O filho viria a falecer aos 26 anos e ela própria aos 68. Repare-se que a irmã, Maria Bernarda, faleceu aos 89 anos.

2.º CASO

Na casa nº69 do Caminho encontramos um casal, António Silveira Bulcão, de 61 anos, segundo informação do pároco, sua mulher, Mafalda Rita, de 53,

duas filhas solteiras, Maria e Mafalda, de 26 e 22 anos, respectivamente, e dois netos, João, de 2 anos e Maria, de meses, filhos da filha mais velha. Ao chefe de família foi atribuído o rendimento colectável de 8\$515 réis.

Tanto António Silveira Bulcão como Mafalda Rita haviam sido enjeitados. Sabemos que Mafalda Rita foi exposta em S. João em 24 de Março de 1852. Apesar de ter casado aos 23 anos, em 21 de Novembro de 1852, apenas foram registados três filhos:

1. O filho mais velho, homónimo do pai, nascido em 17 de Setembro de 1853, saiu aos 21 anos para os Estados Unidos, com passaporte.

2. Maria Rita, o filho que se seguiu, nascida em 28 de Outubro de 1856, foi mãe solteira aos 22 anos, de João, nascido em 11 de Junho de 1879, e depois de Maria, nascida em 11 de Fevereiro de 1882, ambos sem pai conhecido.

3. Mafalda Rita, a filha mais nova, nascida 28 de Novembro de 1860, saíra aos 25 anos para os Estados Unidos.

Os Estados Unidos foi também o destino de Maria Rita, para onde emigrou aos 35 anos. Os seus dois filhos saíram igualmente da freguesia.

3.º CASO

Na casa nº 32 da mesma Canada do Almance encontramos uma mulher solteira, Josefa Antónia, de 77 anos, e duas filhas, também solteiras, Maria, de 55 anos, e Isabel, de 45. O

rendimento colectável da família era de 8\$987 réis.

Josefa Antónia, nascida em 17 de Novembro de 1805, era filha de Manuel Goulart de Sousa, Pombo, de alcunha, e de Rosa Inácia. Todos os seus cinco irmãos haviam falecido, três deles em criança.

A filha Maria nascera em 23 de Outubro de 1828. Não a identificamos ao óbito, mas sabemos que morreu solteira em idade jovem.

Isabel Inácia, a filha mais nova, nascida em 25 de Agosto de 1836, faleceu solteira aos 79 anos.

Josefa Antónia sobreviveu até aos 91 anos.

Neste caso, de uma mulher solteira com alguns bens, não se deu reprodução de comportamento por parte das suas duas filhas ilegítimas, embora permanecessem solteiras.

4º Grupo: famílias com rendimento colectável entre 10\$000 e 24\$999 réis

Neste grupo o fenómeno dos nascimentos fora do casamento passa a ser residual.

1.º CASO

À casa nº114 do Caminho são referidos dois fogos.

Num primeiro fogo encontramos José Vieira Maciel Jr., Bozil, de alcunha, pedreiro, de 46 anos, sua mulher, Úrsula Antónia, de 62, uma filha solteira, Úrsula, de 22 anos, e um neto, filho desta, Manuel, de meses. O rendimento colectável era de 14\$862 réis.

No segundo fogo encontramos uma filha do casal anterior, Maria Úrsula Garcia, de 25 anos, seu marido, António Garcia da Rosa, de 36 anos, segundo o pároco, e dois filhos, António, de 2 anos, e Maria, de meses. Foi-lhes atribuído o rendimento colectável de 22\$938 réis.

José Vieira Maciel e Úrsula Antónia haviam casado com 19 e 35 anos, respectivamente. Tiveram três filhos.

A filha mais velha, Maria Úrsula Garcia, nascida em 11 de Março de 1857 casara em casa com um homem natural da freguesia de S. Roque, da mesma ilha.

Úrsula Antónia Maciel, a filha que se seguiu, nascida em 20 de Janeiro de 1860, tivera o filho Manuel em 6 de Abril de 1882, filho que veio a falecer aos 4 anos de idade. Ela própria viria a falecer solteira aos 83 anos.

Manuel, o terceiro filho, nascido em 12 de Junho de 1862, falecera com um mês de vida.

José Vieira Maciel faleceu aos 72 anos. Úrsula Antónia falecera aos 79. A filha solteira continuou com a família da irmã, que aumentou para doze filhos.

2.º CASO

Na casa nº141 do Caminho encontramos um homem viúvo, António Homem de Macedo, Vianina, de alcunha, de 73 anos, com três filhas solteiras, Maria, de 38 anos, Isabel, de 34, e Maria, segunda de nome de 21 anos, e uma neta, Maria, de 11 anos. O rendimento colectável atribuído foi de 13\$893 réis.

António Homem de Macedo e sua mulher Ana Maria haviam baptizado oito filhos:

Manuel, o filho mais velho, nascido em 16 de Novembro de 1839, ausentara-se aos 18 anos.

Maria, nascida em 10 de Fevereiro de 1842, falecera com um ano de idade.

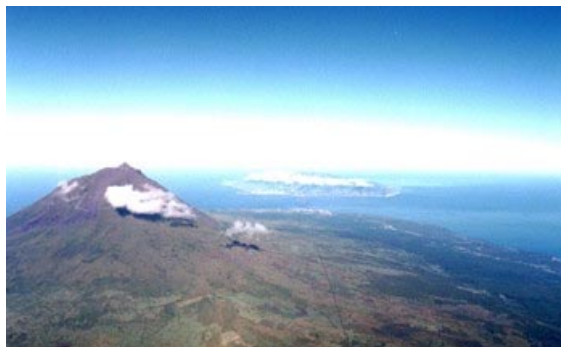
Maria Josefa da Conceição, nascida em 5 de Novembro de 1870, tivera dois filhos naturais. O primeiro, Manuel, nascido em 6 de Janeiro de 1870, falecera após o nascimento. Maria de Santo António, nascida em 1 de Agosto de 1871, arrolada em 1883 como neta de António Homem de Macedo, viria a casar aos 22 anos, ausentando-se depois com a família.

Isabel da Conceição Madruga, nascida em 24 de Outubro de 1848, tirara passaporte para o Brasil aos 26 anos. Já retornada em 1883, viria a falecer em S. João, solteira, aos 90 anos.

Josefa, nascida em 5 de Setembro de 1854, falecera no primeiro ano de vida.

Manuel Homem de Macedo, nascido em 11 de Novembro de 1858, emigrara aos 19 anos para o Brasil.

Maria da Conceição, nascida em 20 de Agosto de 1861, era muda. Faleceu solteira aos 50 anos.



António Homem de Macedo faleceu aos 88 anos. Sua mulher falecera aos 62.

5º Grupo: famílias com rendimento colectável superior a 25\$000 réis.

Neste grupo, a maternidade ilegítima das filhas seria considerada como um drama familiar. Encontramos apenas dois casos, mas bem elucidativos. O segundo caso refere-se a uma família que tivemos já oportunidade de identificar e cuja situação aqui recordaremos.

1.º CASO

Na casa nº81 do Caminho (Rua da Igreja) encontramos uma viúva, Maria de Jesus, de 55 anos, segundo o pároco, cinco filhos solteiros, Maria, de 28 anos, José, de 24, Maria, segunda de nome, de 22, António, de 14, Amélia, de 12, e um neto, Jerónimo, de meses. O rendimento colectável era um dos mais elevados da freguesia, 44\$673 réis.

Maria de Jesus era natural da freguesia da Santíssima Trindade das Lajes, lugar da Silveira, filha de proprietários e casara em S. João com outro proprietário, 19 anos mais velho.

A filha mais velha, Maria de Jesus Peixoto, nascida em 24 de Novembro de 1854, viria a casar aos 38 anos, falecendo aos 64.

Manuel Vieira Peixoto, nascido em 15 de Maio de 1856, emigrou aos 21 anos para os Estados Unidos. Não estava presente em 1883,

mas viria falecer solteiro à freguesia, com 71 anos.

José Vieira Cardoso Peixoto, nascido em 8 de Março de 1858, emigrara aos 13 anos para o Brasil, sendo então referido como estudante. Estava de passagem por S. João em 1883, mas acabaria por regressar, casando na freguesia aos 54 anos. Faleceu com 76.

Maria dos Santos Peixoto, nascida em 11 de Novembro de 1860, havia tido um filho natural, a criança de nome Jerónimo. A família colocou dificuldades ao casamento com o pai do filho pelo desnível social e Maria dos Santos acompanhou o irmão José para o Brasil logo nesse ano de 1883. Faleceu solteira em S. João, aos 97 anos.

António, nascido em 19 de Outubro de 1868, viria a emigrar para o Brasil aos 21 anos.

Amélia de Jesus Peixoto, nascida em 2 de Dezembro de 1870, viria a casar aos 26 anos para a freguesia de S. Roque, saindo de S. João.

Jerónimo, o neto, nascido em 23 de Fevereiro de 1882, viria a emigrar aos 13 anos, sem passaporte, para os Estados Unidos.

Maria de Jesus faleceu em 15 de Fevereiro de 1896, aos 68 anos, segundo o pároco.

Neste caso tratou-se do envolvimento de uma moça com um namorado, não do agrado da família, que impediu o casamento, apesar da vontade de ambos. O filho dessa união acabou por sair da freguesia

2.º CASO

Na casa nº123 do Caminho da freguesia encontramos António Silveira de Ávila Martins, Saca, de



alcunha, viúvo de Inácia dos Anjos. Com ele vivia uma filha solteira, Francisca Catarina, duas filhas naturais desta, Maria, de 9 anos, e Inácia, de meses, e ainda uma cunhada, também chamada Francisca Catarina, irmã da mulher, de 77 anos. O rendimento colectável atribuído ao chefe do fogo era de 26\$096 réis.

António Silveira de Ávila Martins e sua mulher, Inácia dos Anjos, haviam baptizado cinco filhos:

1. António, nascido em 27 de Março de 1843, falecera com um ano de idade.

2. Inácia, nascida em 13 de Janeiro de 1845, falecera com 16 anos.

3. Francisca Catarina, a filha residente, nascera em 26 de Novembro de 1846.

4. Manuel Silveira de Ávila Martins, nascido em 16 de Outubro de 1849, falecera solteiro aos 27 anos.

Francisca Catarina tivera a sua filha mais velha, Maria, em 1 de Setembro de 1873, de Manuel Silveira de Sousa, nascido em 8 de Janeiro de 1844, que não assumiu a paternidade e emigrou a seguir para os Estados Unidos. O sofrimento de Francisca Catarina pela rejeição sofrida foi muito grande e caiu doente, sem possibilidades de amamentar a filha que nasceu. O pai, António Silveira, não apoiou a filha. Sentindo-se deson-

rado, isolou-se, não participou mais em qualquer festa privada ou comunitária. Foi o irmão Manuel, então ainda vivo, que pediu a uma tia por afinidade e vizinha que tomasse conta da sobrinha, trazendo-lhe ele o leite para a alimentar e a lenha necessária para o aquecimento.

Emigrado Manuel Silveira de Sousa para os Estados Unidos sem mandar notícias, Francisca Catarina ligou-se a um vizinho, Manuel de Brum da Silveira, nascendo uma filha, Inácia, em 13 de Abril de 1881, falecida aos três meses. Uma segunda filha com o mesmo nome, Inácia Silveira, nascera em 31 de Maio de 1882. Um terceiro filho dessa ligação, Manuel, nasceria já dentro do casamento dos pais.

Apesar do rigor de António Silveira no momento do nascimento da neta mais velha, ele próprio, já viúvo, dez anos antes, havia dado um filho de nome Cândido, a uma mulher solteira, filho que nunca reconheceu. Tal não impediu que esse filho, que se ordenou padre e faleceu nos Estados Unidos, usasse o nome de Cândido Silveira de Ávila Martins, apelidos consentidos pelo conhecimento público da sua paternidade.

Contraditória também foi a atitude posterior de António Silveira para com a neta mais velha. Tendo Francisca Catarina constituído uma família com outro homem, o pai assumiu a neta que passou no rol de confessados a integrar o seu fogo, diferente do fogo do genro, embora a nova família de Francisca Catarina continuasse a viver na mesma casa do pai. Maria Inácia de Sousa, essa neta, só saiu da companhia do avô quando Manuel Silveira de Sousa regressou dos Estados Unidos e a levou para a sua companhia, perfilhando-a legalmente. ■

Molelos - onde o mundo é sempre novo

A história dos barros de Molelos vem do princípio do mundo, dizem por lá.

E isso é verdade a fazer fé nos calendários antigos que punham Javé a construir com barro o primeiro Adão há cinco mil anos, pouco mais.

Nessa data já havia oleiros em Molelos copiando a arte de Javé. Ficaram dois vasos dessa idade feitos urna cinerária que um crente qualquer enterrou com as cinzas de um irmão num cemitério do lugar que se chama Paranhos ainda hoje. São dois vasos de paredes negras, de pasta fina e asa de folha larga que foram alisados com seixos do rio.

É de crer que tivesse havido sempre oleiros em Molelos, a partir daí, do séc. III antes de Cristo, mesmo desconhecendo os elos todos da cadeia.

Havia barro abundante em Molelinhos, no sítio da Carvalheira, onde pedras antigas guardam figurações gravadas de armas de guerra. Um pouco mais longe, longe apenas para os nossos passos, havia ainda um barro melhor, "barro forte", no sítio que hoje chamamos de Casal do Rei, na povoação da Naia, e as mulheres sempre lá foram buscá-lo à cabeça, em gamelas de madeira.

Um dia alguém trouxe a notícia de uma roda alta que podia movimentar-se com o pé e os oleiros de Molelos adoptaram essa invenção nova, até hoje, que lhes permitiu ganhar tempo e dar melhor resposta ao grande mercado que sempre tiveram.

Recostados num **assento**, um dos pés no **estribo**, que é uma travessa pregada no travejamento baixo da roda, as mãos do oleiro

ficavam disponíveis para modelar as peças sobre o **rodalho** ou cabeça da roda polvilhada de cinza, enquanto um dos pés, descalço ou calçado de tamancos movimentava o **campo da roda**.

Ao lado tinha o **caco da roda** ou **augueiro** com **trapos da roda** molhados, uma **faca**, uma **acha** de madeira, uma **linha** para descolar os vasos quando não usa a **borralha**.



No geral a roda fica num **alpendre**, longe de casa, espaço oficial privilegiado onde guarda o barro, a lenha e os torrões da cozedura, onde guarda a louça secando e o **sequeiro** propriamente dito, traves de pinho ao jeito de grelha comprida onde dispõe a louça e lhe acende caruma seca antes que as acastele na **soenga**, segundo a maneira antiga ou num **forno de grelha** como usou mais tarde.

O barro chega da **barreira**, às vezes covas muitos fundas cavadas a alvião em tempo de verão, com mulheres que o carregavam para um carro de bois ou num tractor, muito mais tarde, guarda-

se em torrões, secando junto da casa ou do alpendre. E dali é depois levado ao **sovadoiro**, pia de pedra pouco profunda onde é **sovado** com uma **foice de sovar**, um ferro comprido com cabo de madeira que esmaga as areias que porventura traga consigo.

Guarda-se em tina de madeira, húmido, pronto a arrancar em **pe-las** para a roda onde o oleiro constrói, uma a uma, as quantidades de peças que depois levará ao fogo.

Há um esmero grande nas mãos do oleiro e o barro macio inspirou ao oleiro novos desafios em que o bom gosto se acrescentava à utilidade. E então, sobre os vasos meio secos que aguentavam já a leve pressão da mão, vai de limar-se as arestas menores com **seixos do rio** ou **pauzinhos de buxo** que os deixavam brilhantes ou acaba por alindá-los com desenhos vários que ele fazia à roda ou entregava em mãos de mulher que se sentava ali perto para alisar o barro ou **brunir** e inscrever figurações.

Sobre o regaço guardava os **seixos**, as **aparadeiras**, que eram os paus duros de buxo, as **pintadeiras** de estranhos feitios que tanto podiam ser o registo de um candeeiro, a boca de um cartucho vazio ou a estampilha gravada em madeira dura, o ramo seco de uma miniatural vassoura.

Vinha de longe uma gramática de motivos que retirava a inspiração da natureza ou construía uma incerta geometria.

Eram flores estilizadas que subiam nos colos das púcaras ou envolviam a pança de panelas, dentes de lobo, arcos, cruces de Cristo, pontilhados, toros e filetes marcados estes pelo movimento

Molelos - onde o mundo é sempre novo

certo da roda. Bandas envolvendo talhas com o ritmo marcado do dedo polegar, mascarões zoomórficos às vezes presos na asa de uma caneca para servir vinho para estranheza do comprador.

Só então vinha o tempo de cozer. E a soenga manteve-se como ancestral processo, cova aberta no terreiro fronteiro ao alpendre, às vezes lá dentro, no Inverno, o chão revestido a caruma, o **estralho**, e o castelo da louça construído ao meio pelo oleiro com a louça quente que a gente da família lhe trazia do sequeiro, as mãos protegidas do calor por um trapo de ocasião.

Cavacos resinosos envolviam depois o castelo da louça e estes ardiavam demoradamente, protegidos por torrões graúdos cortados antes em lameiros.

O oleiro dirigia o lume, colava mais uma acha, ajeitava um torrão e quando o vermelho vivo da louça se anunciava cobria a louça de torrões secos, como uma manta e com uma enxada larga despejava a terra, ele e outro homem, construindo uma elevada calote donde se desprendem às vezes, pela noite alta, chispas de luz.

Na manhã seguinte o oleiro descobre lentamente a fortuna da sua louça. Está negra e brilhante do brunido e da resina dos pinheiros. Basta agora lavá-la e transportá-la para o mercado.

Vai o oleiro de feira em feira. Vai a Tondela, a Viseu, ao Pedrão, a Vouzela. Muitas vezes é a mulher que vai por aí fora carregando à cabeça uma gamela larga de madeira ou canastra de verga e o surpreendente peso de muitas dúzias de vasilhas num arrepiante equilíbrio de que se liberta mais

longe, em terras quase chegadas ao Douro, Sernancelhe ou Trancoso, ou terras do sul que vão quase até ao Tejo.

Na volta traz algumas moedas. E traz frutos, castanhas, pão, batatas, tudo o que lhe deram numa troca, sabe Deus se foi justa, e lhe virá matar a fome dos filhos.

Que levava para longe a mulher?



Panelas, assadeiras, caçoilas, cafeteiras, púcaras, canecas, bilhas, pucarinhos, cântaros, assadores de castanhas, tijelas, terrinas, tudo quanto era útil na cozinha e nos mais usos domésticos de casas de lavradores, de casas fidalgas também.

As **talhas cintadas**, de encomenda, os lavradores e os feitores das quintas vinham buscá-las à feira ou à oficina.

Foi assim em Molelos até meados do século XX, um pouco mais. A vida mantinha-se igual por aí fora.

Só depois se alterou. Começou a haver menos lavradores. E estes compravam nas feiras alumínio e

esmaltes, a água chegava-lhes a casa sem necessidade dos cântaros.

A vida ficou difícil para os últimos oleiros.

Mas a tradição era forte em Molelos.

Inventaram-se artificiais empresas e escolas buscando um destino feliz que não foi de larga duração. Inventaram-se modelos novos, desenhos que só enfeitavam a casa e não traziam mais utilidade. Não foi em vão. Os oleiros continuavam sentados à roda, e em vez da soenga levantaram-se fornos de grelha de rendimento maior.

Quase ao findar o século XX vem então uma revoada de gente nova. Trazem um espírito novo, uma coragem fresca. E um princípio de honra que é guardar uma herança. Pela primeira vez se falava em património.

Levantam-se oficinas em diferentes pousos. Dão-lhe nomes poéticos como o **Feitiço da Púcara, Barraca dos Oleiros, Tradição +, Arte e Tradição** e outros ainda.

A aprendizagem já não se fez na família como antigamente. Só a inspiração veio de longe e o amor. O resto aprendeu-se em escola, o design e a sua combinação com as raízes, as leis de comércio, as formas de divulgação, de resposta ajustada às necessidades novas da gente.

Mestre António Vista, apenas símbolo de tantos mestres, e os pregões da senhora Emília recebem deste modo uma homenagem em Molelos. A melhor. ■

BIBLIOGRAFIA

A louça preta em Portugal: Olhares cruzados, CRAT, 1997

CORREIA, Alberto - **Barros Negros de Molelos**, Beira Alta, Viseu, vol. 34, fasc. 1, 1975.



NOME: *Maria Elisabete de Sousa Pinto*

IDADE: *30 anos*

NATURALIDADE: *Guimarães*

PROFISSÃO: *Jornalista*

Fascínio pela história da indústria

O conhecimento do passado sempre a fascinou, embora, inicialmente, o seu percurso académico tenha sido orientado para a área das ciências da comunicação. Em 1995, concluiu a licenciatura em Comunicação Social, na Universidade da Beira Interior. Ambicionava exercer uma actividade na área do jornalismo, o que veio efectivamente acontecer nesse mesmo ano, ao serviço da Empresa Gráfica do Jornal O Comércio de Guimarães.

Foi justamente uma reportagem realizada sobre a decadência da indústria de curtumes no concelho que avivou na sua memória o gosto pela história. Maria Elisabete de Sousa Pinto começou a interessar-se pelo tema e obteve uma bolsa de investigação, patrocinada pela Câmara Municipal de Guimarães. Através deste trabalho teve conhecimento da existência do Núcleo de Estudos de População e Sociedade, na Universidade do Minho. O estímulo recebido da Professora Doutora Maria Norberta Amorim conduziram-na ao Mestrado de História das Populações. Reconhece que “foi difícil conciliar a actividade de jornalista com a investigação científica”, mas a motivação e colaboração recebida da Coordena-

dora e de todos os funcionários do NEPS, bem como a compreensão e disponibilidade do orientador, o Prof. Doutor Jorge Alves, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, contribuíram para a conclusão da dissertação de mestrado subordinada ao tema “Curtidores e Surradores em S. Sebastião (1865-1923): a difícil sobrevivência de uma indústria insalubre no meio urbano”.

Volvida essa etapa, Maria Elisabete de Sousa Pinto decidiu apostar na progressão académica. Em 2002, inscreveu-se no Doutoramento em História Moderna e Contemporânea, na Universidade do Minho, com o intuito de aprofundar o trabalho iniciado durante o mestrado. “Indústria e família: o caso dos curtumes de Guimarães” é o tema da tese que está a preparar, sendo uma investigação que

pretende conciliar a pesquisa histórica com a necessidade de defender e valorizar um importante legado do património industrial vimaranense.

Na verdade, foi a área onde estavam instaladas as antigas manufacturas de curtumes junto ao rio de Couros que despertou a Elisabete Pinto a necessidade de saber mais e de conhecer pormenorizadamente a teia de relações existente entre os diversos actores sociais envolvidos nesta actividade, bem como as causas que estiveram na origem do seu progressivo desaparecimento. Um trabalho que tem sido condicionado pela escassez de fontes documentais e alimentado pela riqueza dos testemunhos orais dos protagonistas que recordam com saudade o tempo em que a transformação das peles constituía um dos baluartes da indústria vimaranense. ■



Tentativa de identificação sócio-profissional através dos recenseamentos eleitorais O caso dos curtidores e surradores de S. Sebastião, em Guimarães

I. INTRODUÇÃO

Embora se possam apontar algumas fragilidades às listas nominativas dos cadernos eleitorais (a duvidosa fiabilidade dos valores apresentados nas diferentes contribuições, a ausência de indicadores sobre a situação feminina), o recurso às suas informações fornece um importante contributo para a compreensão do quadro social da comunidade em análise. Neste trabalho, apresentam-se alguns dados recolhidos através da exploração das listas eleitorais referentes à paróquia de S. Sebastião, do concelho de Guimarães.

Com efeito, através da informatização das informações inscritas nas relações de eleitores de 1857, 1865, 1878, 1884, e 1895, tentou-se uma aproximação à configuração espacial dos indivíduos ligados aos diferentes grupos sociais e categorias sócio-profissionais que se movimentavam no território em análise. Em simultâneo, a interpretação desses dados originou a criação de uma listagem dos actores mais directamente envolvidos na actividade da curti-menta de peles - curtidores, surradores, proprietários, fabricantes e negociantes - facilitando a compreensão do seu posicionamento social e a selecção de informações respeitantes às suas actuações nas outras fontes documentais consultadas.

Abrangendo todos os indivíduos que, face à lei vigente, podiam exercer o seu direito de voto, as listas eleitorais permitem determinar a distribuição profissional e geográfica dos indivíduos. Nestas listas, aparece arrolada uma significativa franja da população masculina mais tributada e os detentores de elevada formação es-

colar. Até à Lei Eleitoral de 28 de Março de 1895, houve um alargamento progressivo do direito de voto, embora nunca tenha sido estabelecido o sufrágio universal masculino.¹ Contudo, a partir dessa data, a legislação passou a consagrar o direito de participação eleitoral aos "chefes de família e aos que soubessem ler e escrever, independentemente de terem

atingido o censo (100\$000 réis)".²

II. POSICIONAMENTOS SOCIAIS

A distribuição espacial dos diferentes elementos que caracterizam e distinguem uma urbe não obedece a critérios homogéneos, sendo criadas áreas de concentração populacional, de práticas industriais e de serviços em função dos recursos naturais, das movi-

QUADRO N.º 1
Distribuição do Corpo Eleitoral
por Sectores de Actividade

Actividades por Sectores	1857	1865	1878	1884	1895
1. – PRIMÁRIO	13	4	1	7	12
1.1. – Lavradores	5	1	1	2	4
1.2. – Outros	8	3	0	5	8
2. – SECUNDÁRIO	37	49	115	143	174
2.1. – Madeiras	0	2	3	2	3
2.2. - Construção civil	0	1	4	9	12
2.3. – Têxteis	3	4	12	15	17
2.4. – Calçado	1	3	8	10	15
2.5. – Metalurgia	5	7	12	13	23
2.6. – Ourivesaria	2	0	0	1	2
2.7. – Panificação	3	3	2	1	4
2.8. – Curtumes	11	29	74	90	94
2.9. – Outros	12	0	0	2	4
3. – TERCIÁRIO	43	56	52	48	69
3.1. – Comércio	24	22	22	19	21
3.2. – Transportes	0	0	1	2	5
3.3. - Saúde e Higiene	4	11	7	9	10
3.4. – Artes	1	2	1	4	10
3.5. – Ensino	2	0	1	0	1
3.6. – Serviços	7	16	14	8	13
3.7. – Outros	5	5	6	6	9
4. – INDETERMINADO	68	74	95	84	84
4.1. – Proprietários	43	48	48	31	27
4.2. – Negociantes	25	23	36	43	46
4.3. – Capitalistas	0	0	3	2	1
4.4. – Fabricantes	0	3	8	8	10
5. – CLERO	8	18	2	3	16
5.1. – Sacerdotes	5	15	0	0	13
5.2. – Outros	3	3	2	3	3
6. - SEM REFERÊNCIA	15	4	21	16	14
TOTAL	184	205	286	303	336

Fonte: Recenseamentos Eleitorais de 1857, 1865, 1878, 1884, 1895

Tentativa de identificação sócio-profissional através dos recenseamentos eleitorais O caso dos curtidores e surradores de S. Sebastião, em Guimarães

mentações económicas, de sentimentos de pertença e de identidade. No que diz respeito à paróquia de S. Sebastião, situada na cidade de Guimarães, o amanho das peles insurge-se como sendo a componente distintiva das demais zonas, uma característica profundamente enraizada que deu origem à criação do "burgo de Couros". Todavia, outros espaços revelavam uma ocupação funcional dominante, muito ligados ao comércio, à habitação e à permanente circulação de pessoas.

Com base nas informações recolhidas nos *Recenseamentos Eleitorais*, onde aparece mencionado o nome e a profissão do indivíduo do sexo masculino com direito a voto, ensaiámos a utilização das informações contidas nesta documentação para determinar o seu local de residência e caracterizar o seu posicionamento social, em função do cruzamento efectuado com outras fontes onde aparece mencionado o nome.³ Aliás, esta documentação além de possibilitar a apreensão das actividades económicas em que estavam envolvidas as diferentes classes profissionais, proporciona também alguns dados sobre os rendimentos colectáveis no tecido urbano. Não tivemos em consideração as habilitações literárias dos eleitores, apesar de alguns documentos indicarem com precisão se os respectivos indivíduos sabiam ou não ler e escrever. Porém, dada a identificação de lacunas na informação, optámos por não aprofundar o estudo desta variável.

Tendo sempre em conta as condicionantes inerentes ao método de elaboração dos *Recenseamentos Eleitorais*, procurámos caracterizar os membros dos diversos



grupos profissionais residentes nesta paróquia.

É discutível o tipo de classificação apresentado para agrupar as diferentes ocupações funcionais.⁴ Para simplificar a análise, optámos por recorrer à clássica distribuição das actividades pelos sectores primário, secundário e terciário. Em virtude das dificuldades em integrar algumas ocupações nestes sectores, agrupámos os proprietários, os negociantes, os capitalistas e os fabricantes à parte dos sectores tradicionais, assim como os membros do clero, aos quais foi concedida uma arrumação diferente.

No primeiro caso, a escolha resulta da impossibilidade de identificar a que sectores de actividade se dedicam os protagonistas, pois, no caso dos proprietários, negociantes e capitalistas, a origem dos seus rendimentos tanto provinha directa ou indirectamente da agricultura, da indústria ou do comércio. Quanto à caracterização dos fabricantes, à primeira vista, poderá parecer facilitada sugerindo uma inclusão no seio

das restantes actividades transformadoras. Porém, decidimos não efectuar essa integração. Não temos dúvidas sobre a ligação destes indivíduos a sectores como a transformação das peles, mas impõe-se a interrogação: em que condições exerceriam essa actividade? Seriam apenas intermediários nos diferentes processos de produção ou agentes detentores dos direitos de utilização dos equipamentos que permitiam preparar as matérias-primas antes de estas poderem ser distribuídas pelo domicílio ou pelas oficinas daqueles que trabalhavam à peça?

Ainda que os recenseamentos permitam uma visão redutora das actividades económicas a que estavam ligados os habitantes desta paróquia - apenas temos conhecimento da ocupação indicada pe-

QUADRO Nº2
Curtidores e surradores (totais)

	1857	1865	1878	1884	1895
Curtidores	3	8	34	39	37
Surradores	8	21	40	50	57
Total	11	29	74	89	94

Tentativa de identificação sócio-profissional através dos recenseamentos eleitorais O caso dos curtidores e surradores de S. Sebastião, em Guimarães

los eleitores (esta aproximação relativa à paisagem sócio-profissional permite-nos penetrar na bruma que encobre essa realidade).

Sem dúvida, a análise dos indicadores comprova a importância que o sector secundário assumia neste aglomerado populacional citadino, sendo declarada uma multiplicidade de ofícios, integrados nas actividades que exigem a transformação manual e industrial.

Numa apreciação mais detalhada, evidencia-se a superioridade dos curtumes. Essa importância aparece sublinhada à medida que a legislação eleitoral se torna mais aberta à participação dos indivíduos, no caso, tendo como directos representantes os curtidores e surradores.

Igualmente, os dados inscritos nos cadernos de recenseamento mostram a vitalidade comercial da cidade de Guimarães, com a expressão numérica do corpo eleitoral ligado ao sector terciário a acompanhar a tendência de crescente representatividade verificada ao nível das actividades transformadoras. Também em evidência no panorama sócio-profissional surgem as figuras do negociante e do proprietário, com uma capacidade de participação eleitoral tão alargada como as restantes categorias.

Verifica-se ainda uma tendência para a concentração, ao compararmos os diferentes locais de residência das categorias sócio-profissionais com maior representatividade nos cadernos eleitorais de S. Sebastião. Logo no início da observação, em 1857, nota-se a afirmação dos proprietários e dos negociantes: os primeiros com grande dispersão pelo território,

embora possa ser apontado o seu predomínio na Rua de Couros (zona tradicionalmente ligada ao tratamento das peles, onde proliferavam pequenas oficinas, o que leva a crer que havia indivíduos com a condição social de proprietários a partilhar o espaço onde laboravam os curtidores e surradores, sendo ainda possível suspeitar do seu relacionamento com as actividades da curtimenta, já que a designação de proprietário também poderá querer dizer detentor de empreendimentos industriais ou de espaços propícios à prática produtiva); os segundos mostram a sua prevalência no Largo do Toural e no Terreiro de S. Francisco, locais abertos para a circulação de pessoas e produtos, abrangendo a área onde se realizava a feira semanal.

Manifestamente com fraca representatividade, antes das mudanças legislativas introduzidas em 1878, os curtidores e surradores gravitavam na zona ribeirinha, nos mesmos locais onde até meados do século XX se fazia sentir a sua relevância: Rua de Couros, Rua de S. Francisco, Rua das Pretas e Além Rio (mais tarde Largo do Cidade, em homenagem ao industrial Cristóvão José Fernandes da Silva, um dos 40 maiores contribuintes do Concelho, que nas redondezas ins-

talou a sua manufactura de curtumes).

Na verdade, a amplitude das mudanças inseridas na legislação eleitoral aumentou a participação dos indivíduos que exerciam ofícios específicos. Assiste-se a um progressivo crescimento da representatividade dos surradores e dos curtidores face à supremacia tradicional dos proprietários e dos negociantes. Desta forma, constata-se uma transformação social, o que ajuda a reforçar a ideia de que a paróquia conhece uma notável afirmação da condição dos curtidores e surradores cujas actividades, ao longo dos séculos, tinham sido menosprezadas. A este fenómeno não serão alheios os efeitos da tentativa de industrialização, através do redimensionamento do sector produtivo, embora não tenham sido eliminadas totalmente as suas feições arcaicas.

Com maior incidência nas Rua de Couros, Rua de S. Francisco, Vila Verde, Caldeiroa, S. Sebastião e Rua da Ramada, os principais protagonistas do demorado processo da curtimenta estabeleceram as suas residências e, apesar das contrariedades que rodeavam o seu espaço de acção (a proximidade com o curso de água e a zona dos pelames e todo o ambiente de relativa insalubridade decorrente

QUADRO Nº 4 -

S. Sebastião: População Total e Eleitoral

CENSOS			RECENSEAMENTOS ELEITORAIS			
	Residentes	Homens		eleitores	elegíveis	Total
1864	2415	1020	1865	109	98	205
1878	2580	1116	1878	140	113	253
1990	2613	1137	1895	183	174	357

Tentativa de identificação sócio-profissional através dos recenseamentos eleitorais O caso dos curtidores e surradores de S. Sebastião, em Guimarães

dos processos de aplicação da curtimenta ainda que de uma maneira incipiente) conseguiram afirmar o seu grupo sócio-profissional no exercício da cidadania. Consequentemente, até que ponto essa afirmação virá a ter influência sig-

da população incluída no recenseamento eleitoral, pode-se fazer uma aproximação conjugando a informação censitária disponível para o século XIX, com o número de indivíduos que integram as listas eleitorais. É apenas um in-

maior detalhe as possibilidades de participação eleitoral existentes entre as actividades que considerámos predominantes em S. Sebastião.

I - Eleitores; II - Elegíveis; III - Total

QUADRO Nº 5
% Representatividade dos Eleitores e dos Elegíveis¹

Actividades	1857			1865			1878			1884			1895		
	I	II	III	I	II	III	I	II	III	I	II	III	I	II	III
Curtidores	2.6	0	1.6	6.4	1.0	3.9	19.3	5.5	13.0	18.1	7.4	13.7	15.3	5.2	10.3
Negociantes	22.7	17.6	20.7	5.5	17.4	11.1	5.7	23.9	13.8	0.6	34.4	14.7	0	26.4	12.9
Proprietários	20.9	29.7	24.5	14.7	28.6	22.7	5.0	30.9	16.6	4.1	18.8	10.2	1.6	13.8	7.6
Surradores	7.4	0	4.3	18.4	1.0	10.1	24.3	1.7	14.2	26.3	4.1	20.5	29.5	1.7	16.0
Fabricantes	0	0	0	0.9	2.0	1.5	0	7.0	3.3	0.6	4.1	2.0	0.6	5.2	2.8
Outras	46.4	52.7	48.9	54.1	50.0	50.7	45.7	31.0	39.1	50.3	31.2	38.9	53.0	47.7	50.4
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

¹ Nos cálculos para a elaboração do respectivo quadro, apenas foram considerados os indivíduos que apresentavam a respectiva classificação eleitoral.

Fonte: Recenseamentos eleitorais

nificativa na tomada de decisões referentes a temas e problemas que lhes interessavam mais de perto?

III. A PARTICIPAÇÃO DA VIDA PÚBLICA

Em obediência à legislação vigente, entre os indivíduos inscritos nos cadernos eleitorais, apenas uma parcela estava em condições de ser elegível, ou seja, ser eleito para determinados cargos públicos, o que originava diferenças no interior da população masculina com competência para exercer o direito de votar.⁵

No entanto, existiam também os excluídos,⁶ aqueles que não faziam parte do corpo eleitoral. Apesar de não ser fácil quantificar com exactidão qual seria a proporção

dicador referencial, já que não possuímos dados seguros acerca da população activa presente na paróquia.

Através da comparação entre a população residente com a informação proveniente dos recenseamentos eleitorais, podemos concluir que, por exemplo, para o ano de 1878, dos 1116 indivíduos do sexo masculino arrolados nos censos, 22.6% tinham participação eleitoral: 12.5% eleitores e 10.1% elegíveis. No âmbito desta análise sócio-profissional, apenas tivemos em consideração a classificação atribuída ao cargo de "elegível para deputado".

Em termos de representatividade, atendendo às pretensões inerentes à realização desta pesquisa, optámos por conhecer com

De facto, basta uma interpretação superficial para comprovar a preponderância representativa entre os elegíveis dos indivíduos proprietários e negociantes, assim como o aumento da integração no corpo eleitoral das actividades directamente ligadas à transformação dos couros: os curtidores e surradores. Este crescimento não reflecte grande relevância em termos de afirmação política no seio dos órgãos municipais.

Do início ao final da observação, os proprietários e negociantes aglutinam a apetência para participar e decidir activamente na vida pública. Nem as sucessivas alterações que contemplaram a legislação eleitoral trouxeram grandes mudanças ao *status quo*. Apesar de darem a possibilidade a cerca

Tentativa de identificação sócio-profissional através dos recenseamentos eleitorais O caso dos curtidores e surradores de S. Sebastião, em Guimarães

de metade da população masculina de ser eleitor, os quantitativos referentes ao grupo dos proprietários e negociantes não sofreram grandes atropelos à sua supremacia entre os elegíveis. A este nível, continuavam a ser aqueles que possuíam mais participação no conjunto das actividades profissionais.

Em 1857, dos 184 indivíduos inscritos nos cadernos eleitorais, 24.5% pertenciam ao grupo dos proprietários, sendo 20.9% eleitores e 29.7% elegíveis. Relativamente ao número total, os negociantes representavam 20.7% dos contribuintes registados, 17.5% ostentavam a condição de elegível e 22.7% conformavam-se com o estatuto de eleitor. Entre os curtidores e surradores não existia qualquer representante entre os elegíveis de S. Sebastião.

As repercussões decorrentes das mudanças legislativas fazem-se sentir no corpo eleitoral. Principalmente, os surradores assistem a uma projecção da sua representatividade, talvez explicável com o aumento do reconhecimento que a actividade passou a ter após a erradicação das corporações de ofícios e ainda pelo súbito incentivo que a actividade conheceu. Em 1865, essa tendência já se faz sentir com notória demarcação em relação ao que foi possível observar em 1857. Aumenta também a visibilidade dos curtidores, apesar de não assumir proporcionalmente correspondência com a afirmação dos surradores, fenómeno que regista um crescimento permanente até ao final do século XIX.

Paulatinamente, o número de surradores integrados nos cadernos eleitorais ultrapassou o dos

proprietários e dos negociantes. Mas, essa hegemonia no contexto sócio-profissional da paróquia não teve assinaláveis influências no seio da participação pública, continuando a ser diminuta a percentagem dos surradores relativamente ao grupo dos negociantes e proprietários classificados entre os elegíveis. Aliás, no último quartel do século XIX, os negociantes reforçam a sua posição social perante os proprietários. Mas, até que ponto a natureza e alcance de uma actividade não se confundia muitas vezes com a outra?

Com alguma naturalidade, verificámos a influência da idade na determinação da capacidade eleitoral. Mais do que um factor de integração nos cadernos de recenseamento, este indicador afirmase como sendo um elemento diferenciador entre os vários membros do corpo eleitoral.⁸

De facto, a condição de elegibilidade parece andar associada a uma determinada faixa etária. Deparámos com uma forte concentração de indivíduos na classe dos 41 aos 65 anos, o que demonstra que a obtenção de um estatuto social no seio da comunidade surgia, principalmente, através dos rendimentos acumulados ao longo de uma vida. E a disputa de cargos públicos ficava confinada a uma elite de homens experimentados, na exploração das potencialidades económicas oriundas dos contratos de arrendamento das suas propriedades, da obtenção de rendas dos seus imóveis, ou do empate de capitais decorrente do exercício ou financiamento de actividades industriais e comerciais.

Verifica-se que esse agrupamento etário continuava confina-

do à acção de grupos profissionais como os proprietários e negociantes. Apesar das informações contidas nos livros de recenseamento eleitoral, ao longo do período estudado, não tenham sido sempre as mesmas, elas traduzem o perfil dos indivíduos pertencentes aos diferentes quadrantes sociais.

IV. OBSERVAÇÕES FINAIS

Pela rede de influências e interesses que envolve o negócio das peles e da curtimenta, já definimos que os indivíduos proprietários, negociantes, fabricantes, curtidores e surradores são os protagonistas que elegemos para caracterizar com maior acuidade o ambiente sócio-profissional de S. Sebastião. De modo a averiguarmos o seu posicionamento social, poderíamos recorrer às informações tributárias constantes nos recenseamentos eleitorais, o que nos ajudaria a compreender o estatuto social destes actores. Esta análise seria facilitada através da agregação da totalidade dos rendimentos colectáveis, sendo evidenciadas as semelhanças e as divergências existentes entre os vários agrupamentos profissionais. É um trabalho aliciante atendendo às possibilidades existentes ao nível do cruzamento com outras fontes nominativas, constituindo um importante contributo para o aprofundamento da investigação histórica local. ■

NOTAS

¹ Cf. Maria Antonieta CRUZ, *Os Burgueses do Porto - Segunda metade do Século XIX*, Ed. Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 1999.

Tentativa de identificação sócio-profissional através dos recenseamentos eleitorais O caso dos curtidores e surradores de S. Sebastião, em Guimarães

² Idem, p. 52.

³ Até à Lei Eleitoral de 28 de Março de 1895, houve um alargamento progressivo do direito de voto dos portugueses. Apesar de nunca ter sido consignado o sufrágio universal masculino, a partir da Lei de 18 de Março de 1878, houve a inclusão no corpo eleitoral de não contribuintes sem as habilitações literárias previstas nas leis eleitorais anteriores. Esta situação resulta do artigo da referida lei que consagra o direito de participação eleitoral aos chefes de família e aos que soubessem ler e escrever, independentemente de terem atingido o censo (100\$000 réis). Por força da lei, estavam também impedidos de participar nos actos eleitorais as mulheres e, entre 1852 e 1878, os empregados públicos amovíveis que não dispusessem de outro qualquer tipo de rendimento adicional. Cf. Maria Antonieta CRUZ, op. cit., 1999, pp. 51-52.

⁴ Paula Guilhermina de Carvalho FERNANDES, «A classificação sócio-profissional: uma questão em aberto», Revista População e Sociedade, CEPFAM, n.º 1, Porto, 1995, pp. 177-208.

⁵ Havia entre os eleitores, aqueles que eram considerados elegíveis para os cargos públicos, os que tivessem 400\$000 réis de renda líquida anual, os que tivessem colectado na último lançamento imediatamente anterior ao recenseamento alguma das seguintes verbas: 40\$000 réis de décima e impostos anexos a foros, juros ou pensões ou de quaisquer proventos de Câmaras Municipais, Misericórdia, ou Hospitais; 20\$000 de décima e impostos

anexos a de prédios rústicos e urbanos arrendados; em 4 mil réis dos quatro por cento sobre a renda das casas; eram inelegíveis, os estrangeiros naturalizados, os que não fossem habilitados com os graus e títulos literários e muitos outros detentores de cargos públicos dependentes da administração central. Com todas estas condicionantes, os chefes de família homens casados compunham a maioria dos eleitores, desde a década de 1850 até ao final do período analisado. Cf. Ana Sílvia Volpi SCOTT, Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX), Col. Monografias n.º 6, NEPS-Universidade do Minho, Guimarães, 1999, pp. 280-283.

⁶ Além daqueles que não tivessem a renda líquida anual de 400 mil réis, ou que não possuíssem graus e títulos literários, tinham a condição de inelegível os governadores civis, os administradores nos concelhos, os juizes de primeira e segunda instância, os delegados do procurador régio nas suas comarcas, os procuradores régios, os comandantes das divisões militares, os chefes de estado maior, os governadores gerais e secretários gerais do governo do ultramar. Cf. Ana Sílvia Volpi SCOTT, op. cit., 1999, pp. 280-283; Miguel MONTEIRO, Migrantes, Emigrantes e Brasileiros (1834 - 1926), Col. Monografias n.º 8, NEPS-Universidade do Minho, Guimarães, 2000, pp. 108-118.

⁷ Nos cálculos para a elaboração do respectivo quadro, apenas foram considerados os indivíduos que apresentavam a respectiva classificação eleitoral.

⁸ Além da prova dos rendimentos referidos, o corpo eleitoral era constituído por aqueles que tivessem entrado na maioria legal, ou seja, ter 25 anos completos. Eram também considerados como tendo a maioria eleitoral os que, tendo 21 anos, pertencessem a pelo menos uma das seguintes classes: serem casados, oficiais do exército ou da armada, os clérigos de ordens sacras; os que tivessem completado algum curso na Escola Politécnica de Lisboa, da Academia Politécnica do Porto, os das escolas naval do exército, medico-cirúrgicas; os que fossem doutores e bacharéis formados em qual universidade ou academia estrangeira; os que fossem membros da Real Academia das Ciências de Lisboa, professores de instrução pública, secundária e superior e, finalmente, os que tivessem completado curso de algum liceu do reino. Excluídos de serem eleitores estavam os criados de servir, os quais não se compreendiam guarda-livros, caixeiros das casas do comércio, criados da Casa Real, e os administradores de fazendas rurais e fábricas; os que estivessem interditos da administração de seus bens, os indiciados em pronúncia ratificada pelo júri ou passada em julgado; os falidos não reabilitados; os libertos. Cf. Ana Sílvia Volpi SCOTT, op. cit., 1999, pp. 280-283; Miguel MONTEIRO, op. cit., 2000.

FONTES

- «S. Sebastião», *Recenseamentos Eleitorais de 1857*, AMAP, B-15-4-2;
- «S. Sebastião», *Recenseamentos Eleitorais de 1865*, AMAP, B-15-4-9;
- «S. Sebastião», *Recenseamentos Eleitorais de 1878*, AMAP, B-15-4-24;
- «S. Sebastião», *Recenseamentos Eleitorais de 1884*, AMAP, B-15-4-45;
- «S. Sebastião», *Recenseamentos Eleitorais de 1895*, AMAP, B-15-4-44;

BIBLIOGRAFIA

CRUZ, Maria Antonieta, *Os Burgueses do Porto - Segunda metade do Século XIX*, ed. Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 1999



monografias neps

AMORIM, Maria Norberta e CORREIA, Alberto, *Francisca Catarina (1846-1940). Vida e Raízes em S. João do Pico (Biografia, Genealogia e Estudo de Comunidade)*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[19,80€]

CARVALHO, Elza Maria Gonçalves Rodrigues de, *Basto (St.ª Tecla) - Uma Leitura Geográfica (do século XVI à contemporaneidade)*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[19,80€]

FARIA, Inês Martins de, *Santo André de Barcelinhos. O difícil equilíbrio de uma população - 1606-1910*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 1998.

[15,70€]

GOMES, Maria Palmira Silva, *Estudo Demográfico de Cortegaça - Ovar (1583-1975)*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 1998.

[15,70€]

LAGE, Maria Otília Pereira, *Wolfram = volfrâmio terra revolvida, memória revolta para uma análise transversal da sociedade portuguesa (anos 1930-1960)*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 2003.

[26,50€]

MONTEIRO, Miguel, *Migrantes, Emigrantes e Brasileiros (1834-1926)*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 2000.

[20,00€]

NEVES, António Amaro das, *Filhos das Ervas - A ilegitimidade no Norte de Guimarães, séculos XVI-XVIII*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 2001.

[15,70€]

PAIVA, Odete, *S. Martinho de Avidos, comunidade rural do Vale do Ave: Demografia e Sociedade (1599-1995)*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 2001.

[20,00€]

SANTOS, Carlota Maria Fernandes dos, *Santiago de Romarigães, comunidade rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872)*, Câmara Municipal de Paredes de Coura - Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[15,70€]

SCOTT, Ana Sílvia Volpi, *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (Séculos XVII e XIX)*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[19,80€]

SOLÉ, Maria Glória Parra Santos, *Meadela, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1593-1850)*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 2001.

[19,80€]

textos neps

POLANAH, Luís, *Olhares sobre a vida camponesa - Estudos e reflexões de Antropologia Social*, Organização de António Amaro das Neves, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 2003

[17,50€]

cadernos neps

AMORIM, Maria Norberta, *Ribeiras do Pico. (Finais do séc. XVII a finais do séc. XX). Microanálise de evolução demográfica*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 2001.

[11,00€]

BARBOSA, Maria Hermínia Vieira (com a colaboração de **Anabela de Deus Godinho**), *Crises de mortalidade em Portugal, desde meados do século XVI até ao início do século XX*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 2001.

[7,50€]

LAGE, Maria Otília Pereira (com a colaboração de **SOARES, Odete do Carmo Santos** e **DIAS, Ana Margarida Mendes**) *Bibliografia. Demografia Histórica - História das populações - Portugal*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 200.

[11,00€]

LAGE, Maria Otília Pereira, *Abordar o Património Documental: territórios, práticas e desafios*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 2002.

[7,50€]

cadernos neps (série B)

COSTA, Antonieta, *As festas sanjoaninas e suas origens mais remotas*, Neps/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 2002

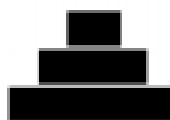
[5,00€]

outros textos

MACIEL, Maria de Jesus, *Imagens de Mulheres*, Câmara Municipal de Lajes do Pico/ICS - Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[9,40€]

Aos membros do Neps é concedido um desconto de 20% sobre o preço de capa. Os pedidos (acompanhados de cheque correspondente ao valor dos livros solicitados) devem ser encaminhados para a Secretaria do Núcleo de Estudos de População e Sociedade (Campus de Azurém da Universidade do Minho).



Boletim Informativo
n.º 31/32 ■ Maio/Julho ■ 2003



PUBLICAÇÃO DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO E SOCIEDADE ■ Instituto de Ciências Sociais ■ Universidade do Minho ■ Pólo de Azurém ■ Guimarães ■ DIRECTORA: Maria Norberta Amorim ■ EDITOR: António Amaro das Neves ■ COORDENAÇÃO DA REDACÇÃO: Elisabete Pinto ■ COLABORADORES DESTA NÚMERO: Maria Norberta Amorim, Elisabete Pinto, Alberto Correia, António Amaro das Neves ■ SECRETARIADO: Isabel Salgado, Daniel Freitas, Fátima Dias, Natália Silva, Victor Oliveira ■ DEPÓSITO LEGAL n.º 125306/98 ■ ENDEREÇO: Núcleo de Estudos de População e Sociedade, Universidade do Minho, Pólo de Azurém - 4800-058 Guimarães ■ Telefone/Fax: 253510579 ■ e-mail: neps@neps.ics.uminho.pt ■ URL: <http://sarmiento.eng.uminho.pt/neps>

O Boletim Informativo do NEPS é uma publicação bimestral dedicada à divulgação das actividades do Núcleo de Estudos de População e Sociedade e dos trabalhos relacionados com Demografia Histórica e História das Populações. Agradece-se toda a colaboração que nos seja enviada, a qual será submetida à apreciação dos editores. Solicita-se o envio de notícias acerca de eventos, publicações e investigações nas áreas de Demografia Histórica e afins. ■ Os textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.